

Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Companhia de Saneamento de Sergipe – **DESO**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhado das Demonstrações Financeiras com suas notas explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, apresentando ainda suas ações desenvolvidas durante o quadriênio 2007/2010 porém com ênfase nas realizações deste último exercício.

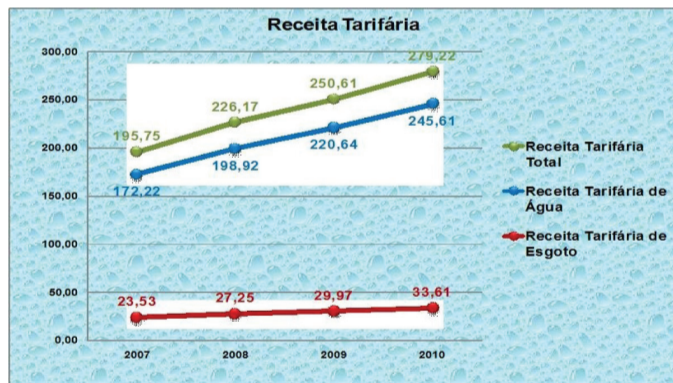
A **DESO** é a principal responsável pela execução do Programa de Saneamento estabelecido pelo Governo do Estado, cujas diretrizes tem por objetivo a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Neste contexto, concomitante com o desempenho empresarial, os resultados sociais se manifestam na melhoria das condições hidro sanitárias da população, com a elevação dos indicadores relacionados com a saúde.

A evolução dos índices relacionados ao atendimento à população é reflexo dos investimentos realizados no quadriênio em obras físicas destinadas a elevação da capacidade de produção e distribuição de água, disponibilização de rede de esgotos e melhorias operacionais da Empresa, conforme demonstram os números constantes dos diversos quadros apresentados neste relatório.

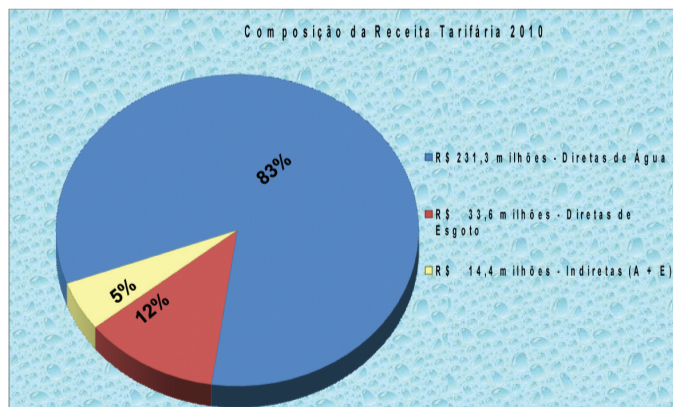
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Durante o exercício, a **Receita Operacional Bruta** da Companhia atingiu **R\$ 279,22** milhões, representando um incremento líquido **6,78%** em relação ao exercício anterior e de **47,06%** bruto em relação ao exercício encerrado em 2006. Os reajustes acumulados da tarifa de água no período – 2007 a 2010 – montam **28,07%**, o que traz um crescimento real na **Receita Operacional Bruta** da Empresa de **14,83%**.

Em 2010 a **DESO** introduziu a metodologia preconizada na contabilização do faturamento, passando a registrar a receita provável proveniente dos serviços de água e esgotamento sanitário fornecido no mês de dezembro e faturados para pagamento no exercício seguinte, em função do fechamento de alguns ciclos do faturamento comercial ocorrerem no mês de janeiro.



As receitas tarifárias da Companhia são compostas das receitas diretas mais as indiretas, referentes aos serviços de água e esgotamento sanitário. As receitas diretas dos serviços de água e esgotamento sanitário, resultante da exclusiva aplicação de suas tarifas, atingiu o valor total de **R\$ 264,81** milhões e as receitas indiretas, que são decorrentes de outros serviços vinculados mas não contemplados na tarifação, alcançou o montante de **R\$ 14,41** milhões.



A receita líquida da Companhia encerrou o exercício com o montante de **R\$ 253,64** milhões, representando um incremento de **8,54%** em relação ao exercício anterior e de **40,51%** no período 2007/2010. Diversas são as razões desse incremento, sendo as principais os reajustes de tarifas – **28,07%** no período 2007/2010 – e o incremento de ligações de água e esgotamento sanitário.

A geração de caixa das atividades operacionais fechou o exercício com o montante de **R\$ 32,62** milhões, representando um incremento de **23,51%** em relação ao exercício anterior.

Os custos de operação e manutenção cresceram **R\$ 7,03** milhões, representando um incremento de **4,37%** em relação ao exercício anterior.

Por outro lado, as despesas operacionais cresceram **R\$ 177,3** milhões, representando um incremento de **272,08%** em relação ao exercício anterior. Tal crescimento foi motivado por eventos extraordinários no montante de **R\$ 166,9** milhões, que são detalhados a seguir:

- Em 2003 e 2004 a Diretoria da DESO contratou uma consultoria tributária com o objetivo de identificar e aproveitar presumíveis créditos de contribuições e outros recolhimentos compulsórios. Em função dos procedimentos adotados sob orientação dessa consultoria, na época, a DESO deixou de recolher à União parcelas significativas de tributos fed-

erais e utilizou-se destes recursos nas suas atividades. A União cobrou estes valores via processos administrativos/judiciais que imputaram à Cia de Saneamento de Sergipe a devolução, com juros, multa e correção monetária, dos valores não pagos na ocasião – período de 2003 a 2006. A prática foi abolida no início de 2007, por determinação da nova Administração da Companhia. Com a edição da Lei 11.941/2009, mais conhecida como "Refis da Crise", a DESO teve a possibilidade de incluir este passivo no parcelamento proposto à luz da citada Lei. Por força das normas contábeis, no balanço de 2010, existe a necessidade de reconhecimento deste endividamento, no montante de **R\$ 36,6** milhões para o qual não foi constituída a competente provisão.

- Toda a conta de água e esgoto da **DESO**, não paga, ficava contabilizada na rubrica "Contas a Receber de Clientes". O modelo de cobrança da Cia resumia-se ao corte. Este procedimento era utilizado há muitos anos. A partir de 2008, a Auditoria Independente contratada apontou esta anomalia nos seus relatórios como ressalva a ser solucionada. Também as demonstrações financeiras de 2009 tiveram, por parte do Conselho Fiscal da Cia e do seu Conselho de Administração, a orientação de buscar soluções para o problema. Em 2010, foi contratado estudo técnico que identificou a forma de solução contábil do problema. Também em 2010 foi instituída nova Política de Cobrança da DESO que, dentre outras ações, introduz rotinas mais rígidas para o trato das contas não pagas, além do tradicional "corte". Assim, nas demonstrações financeiras de 2010 fez-se a contabilização do montante líquido de **R\$ 130,3** milhões de perdas de crédito de clientes, vencidas há mais de 180 dias, conforme os procedimentos previstos na Lei 9.430/96. Tal contabilização não afetou o desempenho operacional da Cia pois foi normalmente absorvida pelas contas patrimoniais.

Os eventos extraordinários incluídos nas demonstrações financeiras desse exercício são os principais responsáveis pelo resultado negativo de **R\$ 163,0** milhões apresentado pela companhia em 2010.

Além desse fato, ocorreram acréscimos das obrigações financeiras decorrente de empréstimos obtidos para aplicação em investimentos. Esta necessidade elevou o grau de endividamento, calculado através da relação entre Capitais de Terceiros (**R\$ 204,58** milhões) e o Ativo Total (**R\$ 1.067,62** milhões) de **10,99%** em 2009 para **19,16%** em 2010.

Dentre os indicadores financeiros, destacamos:

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010
Liquidez corrente	2,57	0,65
Liquidez geral	1,40	0,28
Grau de Endividamento	10,99%	19,16%

Os índices de Liquidez Corrente e Geral apresentaram variações decrescentes em relação ao ano anterior devido à contabilização neste exercício, de passivos fiscais e tributários originados com a regularização dos seus respectivos saldos e a consequente efetivação de parcelamentos de acordo com a Lei 11.941/09. Outros fatores significativos que contribuíram para esta situação, foi a variação da provisão para devedores duvidosos em consequência dos ajustes nas contas a receber de usuários, bem como a mudança da metodologia de contabilização que passou a registrar no faturamento do exercício a projeção do consumo não faturado dos serviços de água e esgotos do mês de dezembro.

Vale destacar que, caso não houvessem os efeitos extraordinários nos nossos resultados, o Lucro da Cia antes dos Impostos e Contribuições atingiria o montante de **R\$ 1,344** milhões, o que representaria um incremento de **11 %** em relação ao exercício anterior.

DESEMPENHO DOS PROJETOS E METAS

O **Plano Plurianual de Aplicação- PPA** que tem como meta para o quadriênio **2008/2011**, atender a **95%** da população total (urbana e rural) dos municípios abastecidos com água pela **DESO** e **35%** desta população urbana com esgotamento sanitário, já foi contemplado com investimentos no período de **2008 a 2010**, no montante pago de **R\$ 303,48** milhões. Vale ressaltar dentro deste contexto, que a **DESO** opera em **73** dos **75** municípios existentes, sendo **71** sedes municipais e **524** Povoados.

Para execução dos investimentos do referido plano, o Governo do Estado assegurou recursos mediante assinaturas de convênios junto ao Ministério das Cidades, Ministério de Integração Nacional e Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, transferindo-os para a **DESO** que foi a responsável pela contratação e execução dos serviços.

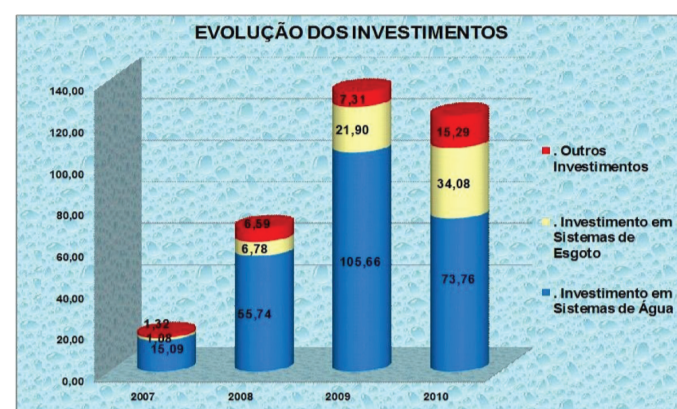
A continuidade dos investimentos no Plano do Governo voltado para o saneamento básico está assegurada em decorrência da inclusão de três novas obras e outros três projetos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – segunda fase, negociações com o Banco Mundial para financiamento do Programa Águas de Sergipe e a continuidade da execução do Programa Sergipe Cidades. Enquanto isso a **DESO** está concluindo negociações diretas com o IFC – Internacional Finance Corporation para a obtenção de um financiamento para o seu Programa de Desenvolvimento Institucional.

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em **2010** foram investidos **R\$ 123,12** milhões, na Implantação, Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Bens de Uso Geral, conforme especificados abaixo:

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO	R\$ 1,00	%
Sistema de Abastecimento de Água	73.759.585	59,91
Sistema de Esgotamento Sanitário	34.077.722	27,68
Bens de Uso Geral	15.285.657	12,41
TOTAL	123.122.964	100,00



Os investimentos em saneamento básico realizados no exercício de 2010 tiveram como finalidade expandir e assegurar a continuidade dos serviços prestados a mais de **1,5 milhões** de habitantes atendidos com abastecimento de água. Destes, foram contemplados com os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários mais de **255 mil** habitantes.

Apresentamos a seguir, ações que mereceram destaque no exercício 2010:

- Prosseguimento das Obras de Ampliação da Adutora do São Francisco, já tendo sido executado **80%** da meta física do empreendimento, e pagos no exercício **R\$ 29,6** milhões.
- Prosseguimento da construção da barragem do rio Poxim, já tendo sido executado **90%** da meta física do empreendimento, e pagos **R\$ 32,9** milhões.
- Prosseguimento da Ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Aracaju e N. Sra. do Socorro; tendo sido executado **26%** da meta física do empreendimento e pagamentos na ordem de **R\$ 3,2** milhões;
- Prosseguimento da execução de obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede do município de Barra dos Coqueiros, tendo sido executado **85%** da meta física do empreendimento, e pago **R\$ 11,8** milhões;
- Prosseguimento da execução de obras para implantação do sistema de abastecimento de água nos povoados de Dendezeiro / Matapoá e Setor RE-2, no município de Itabaiana, tendo sido executado **65%** da meta física do empreendimento e pago neste exercício **R\$ 2,4** milhões;
- Execução de obras para implantação do sistema de abastecimento de água no povoado Pururuca no município de Lagarto, e pagamentos totalizando neste exercício **R\$ 1,0** milhão;
- Ampliação e melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água e Implantação de Ligações Prediais em Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Sra. do Socorro, totalizando **R\$ 3,5** milhões;
- Ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água de Canindé do São Francisco (**R\$ 0,4** milhões), São Miguel do Aleixo (**R\$ 0,9** milhões) e Poço Verde (**R\$ 1,1** milhões) com recursos próprios e do Tesouro do Estado;
- Elaboração de Projetos Executivos de Sistemas de Esgotamento Sanitários de diversos municípios com recursos próprios e do Tesouro do Estado da ordem de **R\$ 1,5** milhões.
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Centro Histórico da cidade de São Cristóvão, com **30%** da meta física do empreendimento executada e pago no exercício **R\$ 0,5** milhões;
- Executadas obras de recuperação e ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade de Propriá, com **50%** da meta física concluída e pago no exercício **R\$ 1,5** milhões.
- Implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e Drenagem do bairro Coqueiral através de convênio com a Prefeitura de Aracaju, com **53%** da meta física concluída e pagamentos totalizando **R\$ 3,1** milhões;
- Conclusão das obras de alimentação elétrica em alta tensão das unidades EEO-A e EE1-A em Porto da Folha e da EE2-A em Gararu, para operação da Adutora do Semiárido, com pagamento total no exercício de **R\$ 5,2** milhões.

Em 2010 apesar do grande esforço empreendido para honrar seus compromissos, a **DESO** alocou recursos próprios provenientes da sua arrecadação para pagamentos dos investimentos realizados na melhoria da prestação de serviços, no montante de **R\$ 32,07** milhões, o que correspondeu a **12,34%** da arrecadação.

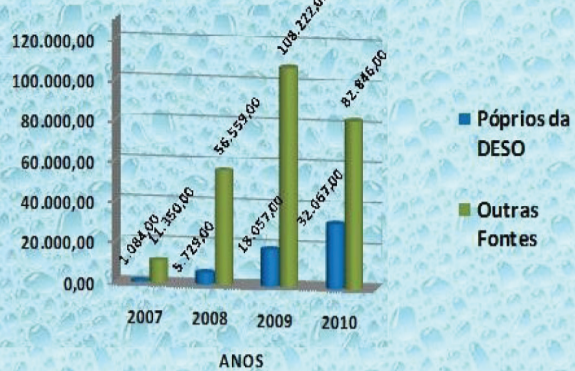
A seguir apresentamos tabela com dados que demonstram esta realidade, bem como um gráfico que apresenta a evolução dos pagamentos destes investimentos no quadriênio 2007/2010.

INVESTIMENTOS PAGOS EM 2010

PROJETOS	FONTE DE RECURSOS		TOTAL DO PROJETO
	PRÓPRIOS DA DESO	OUTRAS (*)	
- Duplicação do Sistema da Adutora do São Francisco	8.254.308,28	21.305.589,57	29.559.897,85
- Sistema da Adutora do Semiárido	15.592,81	5.227.545,95	5.243.138,76
- Ampliação de Sistemas de Abast. de Água em Diversos Municípios	2.276.806,14	13.311.117,51	15.587.923,65
- Ampliação de Sistemas de Esgoto Sanitário	1.622.358,67	15.483.079,82	17.105.438,49
- Ampliação e Preservação do Sist. Produtor Cabrita/Poxim	5.407.839,84	27.518.940,32	32.926.780,16
- Bens de Uso Geral	14.490.195,99	0,00	14.490.195,99
TOTAL DO ÓRGÃO	32.067.101,73	82.846.273,17	114.913.374,90

(*) : ESTADO: Tesouro, Convênios e Financiamentos.

Investimentos Pagos por Fontes de Recursos



ATIVIDADES OPERACIONAIS

A DESO realiza sistematicamente o controle de qualidade da água distribuída aos seus clientes, desde a captação até os imóveis dos consumidores, cumprindo rigorosamente os procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde.

Para tanto, dispõe de um laboratório de microbiologia e hidrobiologia incorporado ao laboratório de físico-química, nos quais foram realizados no período 2007 a 2010 em média 39.000 ensaios em amostras de água, correspondente a 1,83 vezes ao mínimo exigido pela Portaria e investidos no período 2007/2010 cerca de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) em equipamentos e materiais, visando garantir a eficácia das análises.

Como foco na redução do índice de perdas físicas de água, a empresa investiu na aquisição de equipamentos de aferição de volumes, incrementando em 10% o número de estações pitométricas, o que implica no maior controle das unidades operacionais.

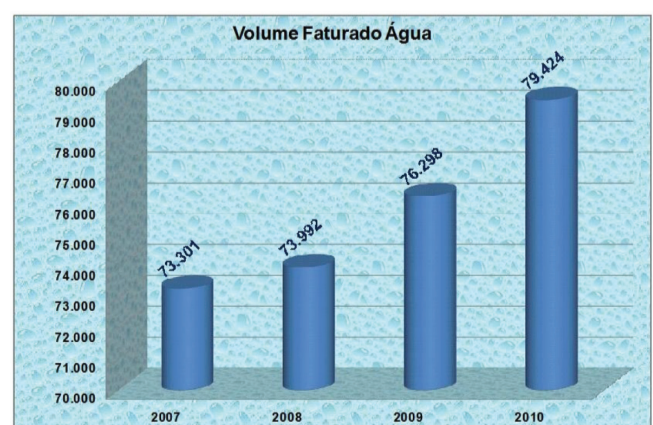
Os Investimentos, obras e melhorias ocorridas nos Sistemas da DESO influenciaram os indicadores apresentados a seguir:

DADOS OPERACIONAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Discriminação	Anos		Variação% 2010/2009
	2009	2010	
1. Localidades Abastecidas no Estado	554	595	7,4
• Sedes Municipais	71	71	-
• Povoados	483	524	8,5
2. Situação Operacional das Localidades	554	595	7,4
• Com Tratamento Completo	456	503	10,3
• Só Desinfecção	98	92	-6,1
• Sem Tratamento	00	00	-
3. População Abastecida (%):			
• DESO/Total do Estado	75,35	76,77	1,9
• DESO/Pop. Munic. Oper. DESO	76,93	78,45	2,0
4. Número de Ligações Ativas	418.346	436.823	4,4
5. Número de Economias Ativas	461.957	487.067	5,4
6. Extensão de Rede (Km)	5.786	6.172	6,7
• Capital	2.199	2.215	0,7
• Interior	3.587	3.957	10,3
7. Volume Faturado (1000m3)	76.298	79.424	4,1
8. Índice de Hidrometração (%)	98,65	98,94	0,3

No ano de 2010 a Companhia alcançou um volume faturado de água superior a 79 milhões de m³, representando um acréscimo de 4,10% em relação ao ano anterior.

Os sistemas de distribuição com cerca de 6.172 quilômetros de rede e com mais de 436 mil ligações, disponibilizaram a água tratada pela DESO para cerca de 1.588 mil habitantes, verificando-se um acréscimo em relação a população do ano anterior em 4,3%.



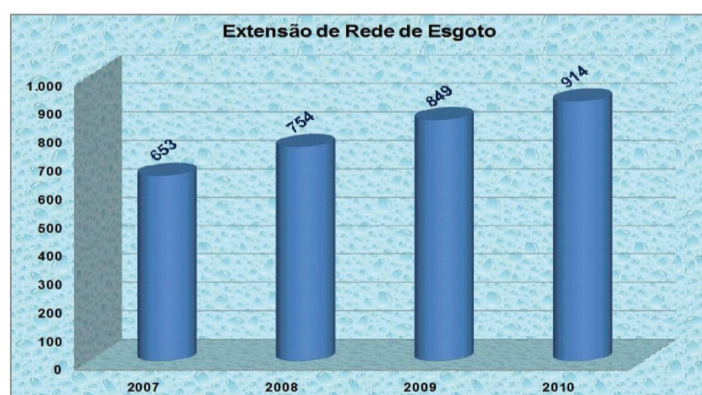
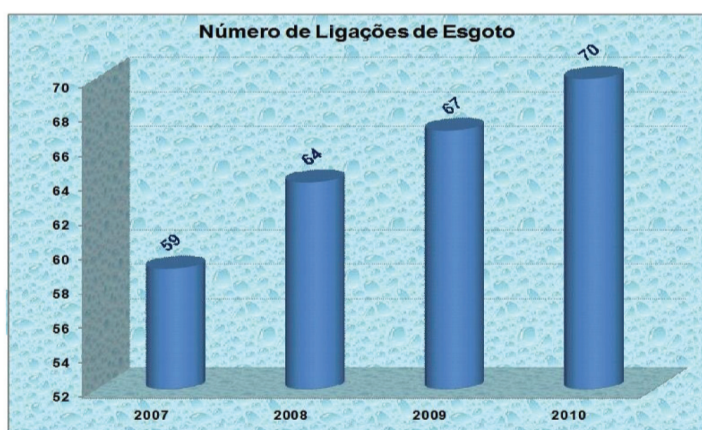
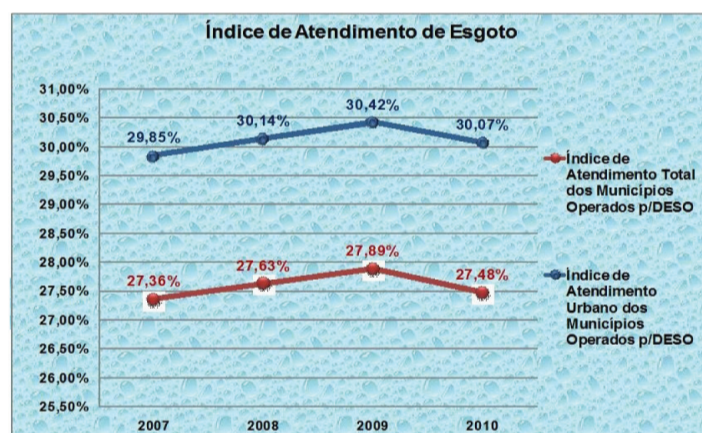
Para os serviços de Esgotamento Sanitário nos municípios em que atua, os resultados decorrentes da operação destes Sistemas foram os seguintes:

DADOS OPERACIONAIS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Discriminação	Anos		Variação% 2010/2009
	2009	2010	
1. Localidades Atendidas	06	06	-
• Sedes Municipais	03	03	-
• Áreas de Expansão Urbana	03	03	-
2. População Atendida (%)			
• Atend. Pop. Total./ Mun. Atend. DESO	27,89	27,48	-1,5 (*)
• Atend. Pop. Urb./ Mun. Atend. DESO	30,42	30,07	-1,2 (*)
3. Número de Ligações	66.680	69.685	4,51
• Capital	48.700	51.431	5,61
• Interior	17.980	18.254	1,52
4. Número de Economias	83.189	88.143	5,96
• Capital	65.001	69.255	6,54
• Interior	18.188	18.888	3,85
5. Extensão de Rede (km)	849	914	7,66
• Capital	567	614	8,29
• Interior	282	300	6,38
6. Volume Coletado/Faturado (1000m3)	14.133	14.849	5,07

(*): Reflexo em função do CENSO 2010 publicado pelo IBGE.

A Companhia opera com serviços de esgotamento sanitário nas sedes municipais de Aracaju, Lagarto e Simão Dias e nas áreas de expansão dos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, disponibilizando estes serviços através de 914 quilômetros de rede com aproximadamente 70 mil ligações, que possibilitou um atendimento de uma população com cerca de 259 mil habitantes, 2,37% a mais em relação ao ano anterior.



AÇÕES DE GESTÃO COMERCIAL

Foram sequenciadas ações administrativas visando a eficiência no processo de cobrança aos clientes inadimplentes, especialmente às Prefeituras Municipais, resultando assim num índice de arrecadação de 93,05% em 2010.

A DESO modernizou através de reformas em instalações físicas e aquisição de novo mobiliário, as unidades de atendimento ao cliente localizadas na sua sede e nas cidades de Boquim e Canindé do São Francisco, possibilitando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade sergipana.

Com o objetivo de garantir o acesso da população de baixa renda aos serviços prestados pela DESO, foi dado continuidade ao Programa Tarifa Social, com a inclusão de 2.230 novos usuários, passando a beneficiar cerca de 8.534 habitantes.

AÇÕES DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentre as diversas ações de Gestão de Processo de Tecnologia da Informação da DESO, destacamos:

O início do projeto de customização do Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saneamento – GSAN, adotado pelo Ministério das Cidades como modelo padrão para as empresas de saneamento do país.

Inclusão de novos municípios no sistema de atendimento em tempo real, contemplando os escritórios das cidades de Canindé do S. Francisco, Campo do Brito, Nossa Senhora de Lourdes, Monte Alegre de Sergipe, Feira Nova, Salgado e Ribeirópolis, bem como o aumento da velocidade de comunicação nas Unidades de Negócios da DESO, facilitando a comunicação das mesmas com a Sede da empresa, beneficiando assim o usuário final. As Unidades do POXIM, ETA João Ednaldo, Arquivo e os escritórios de Japarutaba e Laranjeiras foram contemplados com links de comunicação a rádio de melhor performance.

Foram adquiridos 300 estabilizadores e 30 switches; locação de 60 impressoras a Laser e a expansão da capacidade do concentrador de Internet, passando de 2MB para 4MB.

AÇÕES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A DESO encerrou o exercício com 1291 colaboradores e manteve a política de capacitação e desenvolvimento profissional focada no aprimoramento de suas competências através da execução de programas específicos para cada área de trabalho, totalizando 1.315 horas de treinamentos, agregando com isso, valor competitivo à organização e valor social ao indivíduo. O número total de Estagiários neste exercício foi de 64, sendo que deste universo 13 são de nível médio e 51 de nível superior. Devido à importância da promoção de ações com o objetivo da inclusão social, a DESO através do Programa Adolescentes Aprendizes contemplou neste exercício 29 jovens, oriundos de contrato com o Centro de Integração Escola-Empresa – CIEE.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR foi concluído e a sua implantação ocorrerá quando da conclusão dos trabalhos de reestruturação organizacional que estão sendo desenvolvidos.

AÇÕES NA ÁREA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivando dar continuidade ao projeto de otimização e redução de custos com manutenção e reposição de veículos com a renovação da frota da empresa, foi concretizada a contratação dos serviços de locação de 68 veículos de diversos tipos, adequados as atividades executadas pelas unidades da empresa, bem como adquiridos 02 caminhões equipados com guindastes e carrocerias adaptadas para atender o transporte e distribuição de produtos químicos às Unidades de Tratamento de todo o Estado e 01 veículo tipo ambulância para melhor atendimento do setor médico, oferecendo desta forma maior agilidade e conforto aos colaboradores para um atendimento mais eficaz aos nossos clientes.

Consolidou-se no decorrer deste exercício o Sistema de Gerenciamento de Veículo – POOL, através da realização de 8.124 agendamentos. Este sistema tem permitido um melhor gerenciamento e distribuição da frota de veículos, contribuindo com a programação das manutenções preventivas e redução do tempo de paralisação nas corretivas, disponibilidade de viaturas para um maior número de usuários, impugnação de custos com base em parâmetros fixos e variáveis, dentre outras vantagens.

GESTÃO AMBIENTAL

Em 2010, atendendo ao Marco Regulatório Ambiental, a DESO obteve, 45 licenças de Outorga de Direito de Uso da Água e 66 Licenças Ambientais para sistemas de água e de esgoto, entre Prévias, de Instalação e de Operação.

Continuando o Projeto de Preservação e Recuperação de Mananciais foram plantadas e mantidas matas ciliares (15.000 mudas) em 12 mananciais utilizados pela DESO. Outras áreas da DESO foram reflorestadas com 10.000 mudas de espécies nativas doadas pelo "Instituto Vida Ativa", de Canindé de São Francisco e concluído o Diagnóstico Ambiental dos Processos Erosivos da Faixa de Servidão da Aduara do São Francisco e as instruções para contratação das obras e intervenções reparadoras, a serem executadas em 2011.

Com uso da frota ambiental da DESO (camioneta utilitária e embarcação com GPS, Ecobatímetro, Molinete Doppler Acústico e Sonda Multiparamétrica) foi feito o monitoramento da vazão e qualidade da água dos mananciais de uso da DESO, destacando-se o rio do Sal e o rio Poxim.

A Diretoria de Gestão Ambiental iniciou a preparação para enchimento do reservatório da barragem do Poxim através da supressão da vegetação e queima controlada, e do resgate, captura e salvamento das espécies da fauna local.

Com a participação da Universidade Federal de Sergipe, a DESO vem realizando o monitoramento arqueológico das obras da rede de coleta e da estação de tratamento de esgotos da cidade de S. Cristóvão, e acordo de cooperação técnica com a ADEMA, como suporte decisório a ações ambientais na área de esgotamento sanitário.

O PGAE- Plano de Gestão Ambiental e Empresarial da Empresa, que contempla 13 projetos e 25 procedimentos de Educação Ambiental para o uso racional da água: "DESO Vai à Escola", "A Escola Vem à DESO" e "DESO e Comunidade", onde tiveram como parceiros, unidades escolares, universidades, fábricas, empresas de construção civil, prefeituras e ONGS, permitiram à empresa atingir nos últimos três anos 58.775 pessoas, através de cursos, palestras seminários e oficinas e visitas técnicas às estações de água e de esgotos da Empresa, traduzindo assim nas boas práticas com o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva e, em especial, aos Empregados da Empresa, não só pelo apoio e sugestões que permitiram este conjunto de realizações em cumprimento a Missão Fundamental da DESO, como também, por terem sido os principais responsáveis pelo sucesso alcançado.

Aracaju, 31 Dezembro de 2010.

MAX MAIA MONTALVÃO
Dir. Presidente

ÉVERTON DOS SANTOS TEIXEIRA
Dir. de Administração e Finanças

JUAREZ CARVALHO FILHO
Dir. Técnico

SÍLVIO MÚCIO FARIAS
Dir. de Operações e Serviços

LILIAN DE LINS WANDERLEY
Dir. de Gestão Ambiental

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO			
	R\$(1)		
	31/12/2010	31/12/2009 Reclassificado	01/01/2009 ajustado
CIRCULANTE	53.517.581	164.059.629	174.816.875
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.900.350	7.127.709	19.838.758
Caixa e bancos	682.731	1.041.688	2.931.388
Aplicações de liquidez imediata	3.217.619	6.086.021	16.907.370
DIREITOS REALIZÁVEIS	49.617.231	156.931.920	154.978.117
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	43.362.651	154.107.650	153.451.707
Estoques (Nota 3)	2.124.265	1.449.859	1.237.269
Outras créditos	4.130.315	1.374.411	289.141
NÃO-CIRCULANTE	1.014.107.222	918.277.444	812.083.247
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.960.880	1.906.164	1.940.526
Depósitos judiciais (Nota 3)	2.960.880	1.906.164	1.940.526
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.011.146.342	916.371.280	810.142.721
TOTAL DO ATIVO	1.067.624.803	1.082.337.073	986.900.122

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO			
	R\$(1)		
	31/12/2010	31/12/2009 Reclassificado	01/01/2009 ajustado
CIRCULANTE	82.239.649	64.253.552	47.929.232
Fornecedores	27.032.148	21.539.545	14.473.926
Retenções contratuais	997.012	1.063.298	996.368
Provisão de férias e gratificação	5.925.372	5.648.140	5.948.671
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	3.075.517	3.319.834	1.970.660
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	10.189.475	4.151.495	4.598.494
Empréstimos e financiamentos (6)	27.327.497	24.717.130	15.860.650
Parcelamentos (Nota 7)	7.045.366	2.708.052	3.226.449
Consignações a recolher	489.310	475.956	737.022
Provisão do imposto de renda e contribuição social	45.017	517.167	0
Salários e ordenados a pagar	0	0	4.057
Outros débitos	112.935	112.935	112.935
NÃO-CIRCULANTE	122.338.866	54.761.619	53.990.140
Parcelamentos (Nota 7)	68.926.457	20.707.357	18.061.165
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	27.745.159	15.141.813	20.003.831
Provisão Para Contingências (nota 8)	5.359.426	15.843.923	15.925.144
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	20.307.824	3.068.526	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	863.046.288	963.321.902	884.980.750
Capital realizado (Nota 11)	671.551.818	412.000.004	412.000.004
Subscrito	671.551.818	412.000.004	412.000.004
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383	20.202.023
Reservas de Lucros (Nota 13)	0	12.105.890	26.480.378
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota10)	322.237.738	519.103.625	426.298.345
Prejuízos Acumulados (Nota 12)	(150.855.651)	0	0
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.067.624.803	1.082.337.073	986.900.122

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Max Maia Montalvão
Diretor Presidente

Éverton dos Santos Teixeira
Dir. de Administração e Finanças

Juarez Carvalho Filho
Diretor Técnico

Sílvio Múcio Farias
Dir. de Operações e Serviços

Lilian de Lins Wanderley
Diretora de Gestão Ambiental

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/SE 1923

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	R\$(1)		
	PERÍODOS DE		
	01/JAN./10 A 31/DEZ./10	01/JAN./09 A 31/DEZ./09 Reclassificado	
Receita Operacional Líquida (Nota 17)	253.638.161	232.627.513	
Custo dos Serviços (Nota 18)	(167.865.805)	(160.837.581)	
Lucro Bruto	85.772.356	71.789.932	
Despesas Operacionais	(242.397.260)	(65.145.681)	
Comerciais (Nota 19)	(144.995.444)	(11.382.025)	
Administrativas (Nota 19)	(58.500.465)	(60.296.673)	
Despesas fiscais e tributárias	(38.829.946)	(1.061.737)	
Outras Receitas(despesas operacionais)	(71.405)	7.594.754	
Receitas (Despesas) Financeiras	(16.821.135)	(6.571.463)	
Receitas	572.189	1.213.205	
Juros e encargos financeiros	(13.481.794)	(4.672.019)	
Variáveis Monetárias	(3.911.530)	(3.112.649)	
Provisões para Contingências	10.484.498	81.221	
Cíveis	(3.564.475)	0	
Trabalhistas	50.766	0	
Tributárias	13.998.207	81.221	
Lucro(Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	(162.961.541)	154.009	
Imposto de Renda e Contribuição social	0	(517.067)	
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	(162.961.541)	(363.058)	
Prejuízo por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	(21,06)	(0,08)	
Quantidade de Ações	7.736.772.099	4.746.543.826	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/JAN/09 A 31/12/2010)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCRO			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESPECIAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDOS EM 01/JAN/09	412.000.004	20.202.023	567.450	0	25.912.928	0	426.298.345	884.980.750
AJUSTE DO EXERCÍCIO DE 2008 FEITO EM 2009	-	-	-	-	(14.011.430)	-	0	(14.011.430)
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	92.805.280	92.805.280
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS/CONVÊNIOS	-	(89.640)	-	-	-	-	-	(89.640)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	690.398	-	690.398
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS	-	-	34.520	163.969	491.909	(690.398)	-	0
AJUSTE DO EXERCÍCIO DE 2009 FEITO EM 2010	-	-	-	-	(1.053.456)	-	-	(1.053.456)
SALDO EM 31/DEZ/09	412.000.004	20.112.383	601.970	163.969	11.339.951	0	519.103.625	963.321.902
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	62.685.927	62.685.927
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	259.551.814	-	-	-	-	-	(259.551.814)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	(162.961.541)	-	(162.961.541)
COMPENSAÇÃO C/ O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-	-	(601.970)	(163.969)	(11.339.951)	12.105.890	-	-
SALDOS EM 31/DEZ./10	671.551.818	20.112.383	0	0	0	(150.855.651)	322.237.738	863.046.288

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

[Valores Expressos em R\$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 10 (dez) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 86% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2010, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./10 e 31/dez./09 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia..

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS

ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido)

A Companhia efetuou ajustes e/ou reclassificações nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez./09 e nos saldos patrimoniais iniciais de 01/jan./09, como aprimoramento das informações contábeis prestadas aos usuários destas demonstrações e em consonância com as normas contábeis aplicáveis e legislação vigente no Brasil. A partir desse exercício a Companhia passou a reconhecer suas Receitas a Faturar com base em estimativa de consumo para os dias de leitura incluídos na fatura do mês subsequente, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Portanto, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/dez./09 para permitir a comparabilidade com as demonstrações contábeis de 2010, foram reclassificadas nos montantes indicados a seguir.

Descrição	Saldo original apresentado de 31/dez./09	Reclassificação	Saldo reclassificado de 31/dez./09
Ativo Circulante			
Direitos Realizáveis			
Contas a Receber Usuários (nota 3d)	173.240.366	(18.079.260)	155.161.106
(-) Provisão para Devedores duvidosos (nota 3e)	(18.079.260)	18.079.260	0
Total do Ativo Circulante	165.113.085	(1.053.457)	164.059.628
Patrimônio Líquido			
Reserva de Lucros	13.159.346	(1.053.456)	12.105.890
Total do Patrimônio Líquido	964.375.358	(1.053.456)	963.321.902
Resultado			
Receita Bruta	250.607.452	(1.053.456)	249.553.996
Receita Líquida	233.680.969	(1.053.456)	232.627.513
Lucro Bruto	72.843.388	(1.053.456)	71.789.932
Despesas Operacionais	(71.635.923)	-6.490.242	(65.145.681)
Despesas Administrativas	(60.215.452)	(81.221)	(60.296.673)
Outras Receitas operacionais	8.645.765	(8.645.765)	0
Outras despesas Operacionais	(1.051.011)	1.051.011	0
Outras Receitas/Despesas Operacionais	0	7.594.754	7.594.754
Despesas Financeiras	(7.784.668)	7.784.668	0
Juros e encargos financeiros	0	(4.672.019)	(4.672.019)
Variáveis Monetárias	0	(3.112.649)	(3.112.649)
Provisão para Contingências	0	(81.221)	(81.221)
Lucro antes do imposto de renda	1.207.465	(1.053.456)	154.009
Contribuição social	(140.455)	140.455	0
Imposto de renda	(376.612)	376.612	0
Imposto de renda e contribuição social	0	(517.067)	(517.067)
Lucro/Prejuízo Líquido do exercício	690.398	(1.053.456)	(363.058)

Os saldos iniciais de 01/jan./09, relativos às demonstrações contábeis patrimoniais ajustadas do exercício findo em 31/dez./08, apresentadas comparativamente, sofreram os seguintes ajustes e/ou reclassificações:

Descrição	Saldo original apresentado de 31/dez./08	Reclassificação	Saldo ajustado de 01/dez./09
Total do ativo	972.888.692	14.011.430	986.900.122
Total do ativo circulante	160.805.445	14.011.430	174.816.875
Contas a Receber Usuários	139.440.277	14.011.430	153.451.707
Total do passivo	972.888.692	14.011.430	986.900.122
Total do Patrimônio Líquido	870.969.320	14.011.430	884.980.750
Reserva de Lucros	12.468.948	14.011.430	26.480.378

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO			
	R\$(1)		
	PERÍODO DE 01/JAN./10 A 31/DEZ./10	PERÍODO DE 01/JAN./09 A 31/DEZ./09	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício	(162.961.541)	(363.058)	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido			
Aplicado/obtido nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	28.345.652	27.161.435	
(Ganho) Perda na baixa do ativo imobilizado	(750)	(34.800)	
Provisão p/perdas na realização de créditos	117.901.268	801.725	
Provisão p/contingências	(10.484.498)	(81.220)	
Juros sobre financiamentos	4.228.003	2.741.982	
Varição monetária sobre financiamentos	3.638.489	2.803.215	
Provisão p/férias e gratificação	277.232	(300.530)	
Total	(19.056.145)	32.728.749	
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulates:			
Clientes	(7.156.269)	(15.469.098)	
Estoques	(674.405)	(212.589)	
Outros créditos	(2.755.904)	(1.085.270)	
Outras contas ativas de longo prazo	(1.054.717)	34.362	
Fornecedores	5.492.602	7.065.619	
Retenções contratuais	(95.265)	66.930	
Parcelamentos	52.556.413	2.127.795	
Contas a pagar	(244.317)	1.349.174	
Impostos, taxas e contribuições diversas	5.565.830	70.167	
Consignações a recolher	13.354	(261.06	

categorias de consumidores inclusive os créditos de governo, os quais totalizaram o valor de R\$ 43.307.100,52.

b) Estoques

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2010	2009
Almoxarifado Central	2.095.633	1.423.598
Combustíveis para Veículos	28.632	26.261
TOTAL	2.124.265	1.449.859

c) depósitos judiciais

Representam em sua maioria depósitos judiciais referentes a processos trabalhistas.

d) imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./10

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	737.651.074	187.367.017	550.284.057
Sistema de Esgoto	173.996.539	37.626.683	136.369.856
Bens de Uso Geral	73.596.322	37.964.085	35.632.237
Subtotal em Operação	985.243.935	262.957.785	722.286.150
Obras em Andamento	288.860.192	0	288.860.192
TOTAL GERAL	1.274.104.127	262.957.785	1.011.146.342

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./09

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	728.256.781	166.061.735	562.195.046
Sistema de Esgoto	173.714.707	34.152.019	139.562.688
Bens de Uso Geral	58.313.665	34.399.128	23.914.537
Subtotal em Operação	960.285.153	234.612.882	725.672.271
Obras em Andamento	190.699.009	0	190.699.009
TOTAL GERAL	1.150.984.162	234.612.882	916.371.280

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

e) Provisão do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no resultado tributável. As alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme legislação em vigor, e os impostos são contabilizados pelo regime de competência.

f) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

g) Provisão para contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./10. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

h) Demais passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2010	2009
Cerco	5.671	5.671
Coelba	25.879	66.200
Energipe	2.896.099	3.099.586
Sulgipe	147.868	148.377
TOTAL	3.075.517	3.319.834

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Cofins	4.918.600	536.240
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.323.314	630.421
FGTS	445.466	485.723
INSS	1.751.795	2.103.702
PIS/PASEP	819.048	69.591
Outros	931.252	325.818
TOTAL	10.189.475	4.151.495

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
BC Brasil ct 3611000003	133.334	0	133.334	fev/2011	4	CDI
Bc Brasil ct 3611000002	1.000.000	0	1.000.000	Nov/2011	-	125% (CDI)
Bic Banco ct 11251280	2.948.441	4.100.000	7.048.441	Nov/2013	11,35	CDI
Bic Banco ct 98969086	4.663.710	5.100.000	9.763.710	Dez/2012	4,91	CDI
Bic Banco ct 10030736	405.009	0	405.009	Abr/2011	8,73	CDI
Bic Banco ct 0010729039	1.400.000	2.899.159	4.299.159	Fev/2013	8,08	CDI
Bc Mercantil do B. 7188359	3.517.079	4.800.000	8.317.079	Nov/2013	8,08	CDI
Bc Mercantil do Brasil ct 8740157-6	1.256.484	1.800.000	3.056.484	Dez/2013	8,08	CDI
Banco Pine S/A	603.274	0	603.274	Jun/2011	6,17	CDI
Banco Rural c/c 000003-7	4.400.992	4.600.000	9.000.992	Jul/2012	8,08	CDI
Bic Banco CDI/Setip ct 11065398	1.413.123	3.600.000	5.013.123	Out/2014	10,03	CDI
Bic Banco Conta Garantida	3.269.742	0	3.269.742	Jan/2012	10,03	CDI
Inst. Assistencial da Deso - DESUS	2.316.309	846.000	3.162.309	Abr/2011	12	CP
TOTALS	27.327.497	27.745.159	55.072.656			

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 4% a 12% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para outubro de 2014.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC FINAL
INSS Lei 10.684/03	1.508.492	14.500.874	16.009.366	jul./2018
Cofins/Pasep Lei 10.684/03	260.088	2.936.864	3.196.952	mar./2012
Salário-Educação	40.000	23.526	63.526	out./2012
Cofins 5160700009113	67.071	384.139	451.210	jul/2013
Pis/Pasep 5170700003244	24.866	120.859	145.725	jul/2013
INSS Proc. 365585831	2.702.214	10.583.667	13.285.881	out/2015
Parcelamento Lei 11941/09 – INSS	194.829	5.650.057	5.844.886	jun/2025
Parcelamento Lei 11941/09 – Tributárias	1.008.758	29.254.004	30.262.762	jun/2025
Parc. PIS COFINS nº 720.264/2010-67	1.239.048	5.472.467	6.711.515	nov/2015
TOTALS	7.045.366	68.926.457	75.971.823	

No exercício de 2009, a administração da Companhia seguindo orientação dos consultores jurídicos aderiu ao programa de parcelamento do governo estabelecido através da Lei nº 11.941 de 28 de maio de 2009, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de novembro de 2008, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

No exercício de 2011 está previsto a consolidação dos pedidos de parcelamento conforme estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011, ocasião em que serão formalizados os montantes dos débitos parcelados.

A companhia fez o reconhecimento de atualização das despesas tributárias e fiscais do principal, multas e encargos decorrentes da adesão do programa de parcelamento da Lei 1194/109 que impactou em R\$ 36.620,021.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem fiscal, previdenciária, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./10	PROVISÃO EM 31/DEZ./10	PROVISÃO EM 31/DEZ./09
PROVISÃO DE RISCOS FISCAIS			
Provável	0	0	13.998.207
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	1.794.949	1.794.949	1.845.716
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	3.564.476	3.564.476	0
TOTALS	5.359.425	5.359.425	15.843.923

Nesse exercício o efeito líquido da atualização das contingências resultou numa reversão positiva de R\$10.484.498.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração, nem indicação relacionada com os impostos federais.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2010	2009
Prefeitura de Aracaju	8.108.716	2.725.526
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	0
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	343.000
TOTAL	20.307.824	3.068.526

Neste exercício foi recebido R\$ 17.239.298 para ser aplicado em diversas obras de construção em infra-estrutura, mediante assinatura de convênios específicos firmados com os órgãos acima especificados.

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 62.685.929 a título de créditos para aumento de capital, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, e destinados para futura integralização do capital social em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./10, o capital social integralizado era de R\$ 671.551.818 (R\$ 412.000.004 em 2009), composto por 7.736.772.099 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 5.974.000.127 de ações ordinárias e 1.762.771.962 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	5.973.999.664	1.737.662.695	4.721.434.116	669.372.293
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	443	50	493	45
TOTALS	5.974.000.127	1.762.771.962	7.736.772.099	671.551.818

Nesse exercício o capital social foi aumentado em R\$ 259.551.814, mediante integralização de adiantamentos para aumento de capital do acionista controlador, conforme deliberação do Conselho de Administração em 22/04/2010.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2010 e 2009.

NOTA 12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A companhia apurou em 31/12/2010 o resultado negativo no montante de R\$ 162.961.541, que teve como causa principal a contabilização de R\$ (130.336.596) referentes e as perdas líquidas de créditos de clientes vencidos há mais de 180 dias, tudo conforme permitido na legislação fiscal da Lei 9.430/96 (art. 9º a 12º), como também o reconhecimento de atualização das despesas tributárias e fiscais com encargos de multas e juros decorrentes da adesão ao programa de parcelamento da Lei 11.941/09 que impactou em R\$ (36.620.021).

NOTA 13. ABSORÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS

A Diretoria Executiva da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária sobre a absorção das reservas de lucros no total de R\$ 12.105.890, para compensação com o saldo dos prejuízos acumulados decorrentes do resultado negativo do exercício de 2010, sendo R\$ 601.970 de reserva legal, R\$ 163.969 de reserva especial e R\$ 11.339.951 de retenção de lucros, em conformidade com o artigo nº 189, parágrafo único, da Lei 6.404/76.

NOTA 14. MUDANÇA DE POLÍTICA CONTÁBIL

Com a finalidade de adequar suas práticas contábeis, a Companhia nesse exercício passou a reconhecer as receitas a faturar em base de estimativa referente aos dias de consumo que são faturados nas contas do mês subsequente. Em função da adoção desse procedimento, foram apurados os impactos dos ajustes no comparativo das demonstrações contábeis patrimonial de 31/dez./10, 31/dez./09 e saldos iniciais de 01/jan./09, sendo os ajustes de exercícios anteriores, registrados em conta do patrimônio líquido e reclassificados com efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis apresentadas de forma comparativa, conforme Resolução nº 1.179/09 do CFC que aprovou a NBC T 19.11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que trata da CPC 23.

Em função da adoção da nova política contábil o resultado do exercício anterior reclassificado foi afetado negativamente em R\$ (1.053.456) e o resultado do exercício corrente positivamente em R\$ 2.651.135.

NOTA 15. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jórias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2010 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.096.770 (R\$ 786.684 em 2009), sendo o valor de R\$ 987.093 (R\$ 668.681 em 2009) destinados aos fundos e R\$ 109.677 (R\$ 118.003 em 2009) para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./10 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 591 associados (618 em 2009).

NOTA 16. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguros patrimoniais mantidas pela companhia propiciam coberturas totais no montante de R\$ 3.486.000, assim classificadas:

DESCRIÇÃO	2010
Sede central da DESO	2.329.000
Almoxarifado Central da DESO	1.157.000

O Risco operacional com cobertura de incêndio, raio, explosão, implusão, recomposição de documentos, impacto de veículos, danos elétricos, assistência empresarial e risco de operações.

A administração da companhia considera os valores cobertos pelas apólices em geral suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

NOTA 17 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	228.959.882	205.683.210
Receitas de Esgoto	33.202.116	29.861.573

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Recife, 06 de abril de 2011.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

1) Os exames efetuados nos controles internos da companhia para os saldos de Contas a Receber de Usuários, Ativo Imobilizado e Depósitos Judiciais, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas no resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas.

2) A companhia não realizou os testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para os reconhecimentos de perdas decorrentes da aplicação desse procedimento.

3) Conforme descrito na nota explicativa “3h”, a companhia vem adotando as taxas de depreciação para os bens integrantes do ativo imobilizado em desacordo com a Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC T 19.1 – Ativo Imobilizado, para fins de determinação das bases de depreciações pela vida útil restante dos bens, que trata da CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes de utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2010 e 2009.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam advir dos assuntos descritos nos parágrafos de “1” a “3” de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase


1) Conforme mencionado na nota explicativa “1”, a companhia

presta serviços em 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos com prazos de concessão que variam de 20 a 30 anos, sendo que 10 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem à Lei nº 11.445/07, do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com a Resolução nº 1.261/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a IT 08 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2010 e 2009.

2) Conforme descrito na nota explicativa “7”, a companhia no exercício de 2009 aderiu ao programa de parcelamento de que trata a Lei nº 11.941/09, incluindo todos os débitos conhecidos com os tributos federais e contribuições previdenciárias junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, mantendo contabilizado no Passivo Circulante o valor de R\$ 7.045.366 (R\$ 2.708.052 em 2009) e no Passivo Não Circulante o valor de R\$ 68.926.457 (R\$ 20.707.357 em 2009), cujos montantes correspondem aos saldos atualizados da dívida remanescente depois de deduzido os benefícios de redução de multas e juros já reconhecidos no resultado do exercício de 2010. Os processos de parcelamentos estão aguardando consolidação por parte dos órgãos competentes previsto para o exercício de 2011. No momento da consolidação dos montantes de débitos efetivos poderão ocorrer ajustes com reflexo no Passivo Circulante e Não Circulante, no Patrimônio Líquido e no Resultado do Exercício.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 11 de março de 2010, o qual conteve modificações quanto à ressalva de não reconhecimento de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contingências Cíveis e ênfase quanto à adesão ao programa de parcelamento de que trata a Lei nº 11.941/09.



HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS 3.688/O-2-S
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS-023584/O-8-S

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – HLB Audilink & Cia. Auditores, de 6 de abril de 2011, com ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição:

a. Proposta de Destinação do Resultado, de forma a ab-

server as reservas de lucros no total de R\$ 12.105.890,00 para compensar o saldo dos prejuízos acumulados, decorrentes do resultado negativo do exercício de 2010, conforme demonstrado a seguir:

Reserva Legal.....	R\$	(601.970,00)
Reserva Especial.....	R\$	(163.969,00)
Retenção de Lucros.....	R\$	(11.339.951,00)
Total.....	R\$	12.105.890,00

Exceto pelas ressalvas apontadas no Parecer da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em

todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão da proposta de destinação do resultado do exercício à Assembléia Geral dos Acionistas na forma apresentada.

Aracaju, 19 de abril de 2011.

GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO
FREDERICO GALINDO DE GÔES
JOSÉ ANDERSON SANTOS DE JESUS